

ANEXOS

I. REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS - AMAMENTAÇÃO

II. FORMULÁRIO PARA PONTUAÇÃO DA ANÁLISE CURRICULAR

III. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

IV. FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA ANÁLISE DA PROVA ESCRITA

V. FORMULÁRIO DE INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA ANÁLISE CURRICULAR

APÊNDICE 1. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS PARA A PROVA ESCRITA DO PROCESSO SELETIVO

ANEXO I

REQUERIMENTO DE CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA AMAMENTAÇÃO

Este formulário destina-se às candidatas que necessitam amamentar durante a realização das provas do Processo Seletivo Edital nº 01/2022.

Ilmo. Sra. MSc. Maíra Silveira Coelho

Coordenadora

Edital nº 01/2022.

Eu, _____, candidata ao processo seletivo para ingresso no curso de _____, portadora do documento de identificação nº _____, órgão expedidor: _____, CPF: _____ Telefone (s): () _____, venho requerer a V.Sa. condições especiais de amamentação para realizar as provas.

Acompanhante

Nome completo do acompanhante do bebê: _____, documento de identificação nº: _____, Órgão expedidor: _____, CPF: _____.

Observação: Anexar cópia do documento de identidade. No dia da prova o(a) acompanhante deverá apresenta-se portando o original desse documento, devendo apresentá-lo na coordenação do concurso.

Brasília, ____ de _____ de 202__.

Assinatura da candidata

Observação: Anexar cópia do documento de identidade. O acompanhante deverá apresenta-se portando o original desse documento, devendo apresentá-lo na coordenação do Processo Seletivo.

ORIENTAÇÕES PARA CONDIÇÕES ESPECIAIS PARA REALIZAÇÃO DAS PROVAS AMAMENTAÇÃO

A candidata deverá entregar à Comissão de Seleção, o Requerimento de Amamentação juntamente com uma cópia legível do documento de identificação do acompanhante.

A candidata que não entregar a documentação solicitada e não levar acompanhante não poderá se ausentar da sala de aplicação da prova para amamentar.

A candidata deverá levar, no dia de realização das provas, um acompanhante adulto que ficará em sala reservada no local de realização da prova e será o responsável acompanhamento da criança durante a ausência da mãe. A candidata que não levar acompanhante adulto não poderá permanecer com a criança.

O acompanhante terá acesso ao local de realização das provas somente mediante apresentação do documento original de identidade.

No momento em que a criança necessitar de amamentação, o acompanhante deverá comunicar a um fiscal que avisará a mãe, que por sua vez deixará o local para amamentar o filho. Após concluir o processo de amamentação a candidata poderá retornar ao local de aplicação da prova.

A candidata poderá amamentar por trinta minutos a cada duas horas e terá direito à compensação deste tempo ao final da prova.

ANEXO II

FORMULÁRIO PARA PONTUAÇÃO DA ANÁLISE CURRICULAR

Nome completo: _____

CPF: _____

Programa que está inscrito: () ONCOLOGIA () URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

OBS 1: Os documentos comprobatórios deverão estar **rigorosamente numerados** na mesma ordem descrita neste formulário.

OBS 2: Utilize quantas folhas forem necessárias, continuando a numeração.

Nº DE ORDEM	ITEM DO CURRÍCULO	PONTUAÇÃO AFERIDA PELO CANDIDATO	PONTUAÇÃO AFERIDA PELA BANCA <u>*NÃO PREENCHER</u>

Brasília, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do(a) candidato(a)

Página da Análise de Currículo: _____

ANEXO III

FORMULÁRIO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO CONTRA A ETAPA DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES

RECURSO CONTRA O RESULTADO DA ETAPA DE HOMOLOGAÇÃO DAS INSCRIÇÕES DO PROCESSO SELETIVO PARA AS VAGAS DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ONCOLOGIA E DO PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA - EDITAL N° 01/2022.

Eu, _____, portador(a) do documento de identidade nº _____, inscrito no Programa de Residência Multiprofissional em _____, apresento recurso contra o resultado de Homologação das Inscrições junto à Comissão de Seleção do Programa de Residência Multiprofissional em Oncologia e do Programa de Residência Multiprofissional em Urgência e Emergência – Edital nº 01/2022.

A decisão objeto de contestação é _____

(explicitar a decisão que está contestando).

Os argumentos com os quais contesto a referida listagem são: _____

Brasília, ____ de _____ de 202__.

Assinatura do(a) candidato(a)

APÊNDICE 1 – REFERENCIAL BIBLIOGRÁFICO

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM ONCOLOGIA CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS COMPLEMENTARES

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Princípios, diretrizes e organização do SUS; 2. Fatores de risco para o desenvolvimento do câncer; 3. Participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde; 4. Política Nacional para Prevenção e Controle do Câncer; 5. Incidência de Câncer no Brasil. 6. Política Nacional de Atenção Oncológica. 7. Atenção especializada em Oncologia. 8. COVID-19. 9. Equipe multiprofissional, interprofissional e transprofissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 20 set. 1990. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm
2. _____. Presidência da República. Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 31 dez. 1990. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8142.htm 27.
3. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 874, de 16 de maio de 2013. Institui a Política Nacional para a Prevenção e Controle do Câncer na Rede de Atenção à Saúde das Pessoas com Doenças Crônicas no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). Diário Oficial da União, Brasília, DF, 17 maio 2013. Disponível em: http://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0874_16_05_2013.html. (Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017).
4. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 140, de 27 de fevereiro de 2014. Redefine os critérios e parâmetros para organização, planejamento, monitoramento, controle e avaliação dos estabelecimentos de saúde habilitados na atenção especializada em oncologia e define as condições estruturais, de

funcionamento e de recursos humanos para a habilitação destes estabelecimentos no âmbito do SUS.

Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/sas/2014/prt0140_27_02_2014.html.

5. _____. Ministério da Saúde. Portaria nº 3.394 de 30 de dezembro de 2013. Institui o Sistema de Informação de Câncer (SICAN) no âmbito do SUS. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt3394_30_12_2013.html.

6. Casa civil. Lei nº 12.732 de 22 de novembro de 2012. Dispõe sobre o primeiro tratamento de paciente com neoplasia maligna comprovada e estabelece prazo para seu início. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/l12732.htm.

7. BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 2.439/GM, de 08 de dezembro de 2005. Institui a Política Nacional de Atenção Oncológica: promoção, prevenção, diagnóstico, tratamento, reabilitação e cuidados paliativos. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, 76, Seção 1, p. 80-81, 09 dez., 2005.

8. _____. Ministério da Saúde. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/>.

9. _____. Ministério da Saúde. Câncer: sintomas, causas, tipos e tratamentos. Disponível em: <http://www.saude.gov.br/saude-de-a-z/cancer>

10. _____. O câncer e seus fatores de risco: o que a educação pode evitar? 2. ed. rev.atual. Rio de Janeiro: INCA, 2013. Disponível em: http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/pdf_final_cancerfatoresrisco.pdf.

11. Instituto Nacional de Câncer. Coordenação Geral de Ações Estratégicas. Coordenação de Prevenção e Vigilância – Rio de Janeiro: INCA, 2012. Disponível em: <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//sumario-executivo-politicas-e-aco-es-para-prevencao-do-cancer-no-brasil-2reprint.pdf>

12. _____. Ministério da Saúde. Controle do câncer de mama: documento de consenso. Rio de Janeiro: INCA, 2004. Disponível em: <http://www.inca.gov.br/publicacoes/consensointegra.pdf>

13. HORA DL, ERTHAL RMC, SOUZA CTV, HORA, EL. PROPOSTAS INOVADORAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. Trabalho, Educação e Saúde [Internet]. 2013;11(3):471-786. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406756992002>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENFERMAGEM

1. Sistema Único de Saúde – SUS; 2. Ações de prevenção primária e secundária no controle do câncer: de mama, de colo do útero, de pulmão, de boca e de próstata; 3. Problema do Câncer no Brasil: Epidemiologia do câncer; Estimativas de incidência e mortalidade por câncer no Brasil; 4. Sistematização da assistência de enfermagem aos pacientes com distúrbios clínicos cardiopulmonares, hematológicos, gastrintestinais, geniturinários, renais, endócrinos e neurológicos; 5. Sistematização da assistência de enfermagem ao paciente no pré, no trans e no pós-operatório de cirurgias neurológicas, torácicas, cardíacas, gastrintestinais, ginecológicas, renais e urológicas. 6. Legislação e Ética Profissional na enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FONSECA, S.M.; PEREIRA, S.R. Enfermagem em Oncologia. São Paulo: Atheneu, 2013.
2. HOFF, P.M. G (Ed). Tratado de Oncologia. São Paulo: Atheneu, 2013.
3. HINKLE, J. L.; CHEEVER, K. H. Brunner & Suddarth: Tratado de Enfermagem Médico-Cirúrgica. 13. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2016.
4. _____. Ações de enfermagem para o controle do câncer: uma proposta de integração ensino-serviço. 3. ed. rev., atual. e ampl. Rio de Janeiro: INCA, 2008. Disponível em: http://bvsmis.saude.gov.br/bvs/publicacoes/acoes_enfermagem_controle_cancer.pdf
5. NANDA. Diagnósticos de Enfermagem da NANDA I: definições e classificação 2018-2020. Trad. E revisão Herdman, HT, Kamitsuru S. 11ª ed. Porto alegre: Artmed, 2018.
6. SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. BRUNNER & SUDDARTH: Tratado de enfermagem médico-cirúrgica. 13ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2018.

NUTRIÇÃO

1. Alterações no metabolismo de macronutrientes no câncer. 2. Avaliação do Estado Nutricional e Terapia Nutricional Enteral e Parenteral nos Pacientes Pediátricos, Adultos e Idosos. 3. Nutrição na prevenção e tratamento do Câncer. 4. Dietoterapia e Cuidado Nutricional nas Enfermidades (distúrbios do trato gastrintestinal e manifestações inespecíficas, hepatopatias, nefropatias, paciente crítico, desnutrição, obesidade, diabetes, hipertensão). 5. Legislação e Ética Profissional na nutrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. CALIXTO-LIMA, L; ABRAHÃO, V; AUAD, GRV; COELHO, SC; GONZALES, MC; SILVA, RLS. Manual de Nutrição Parenteral. 1ª edição, Rio de Janeiro: Rubio, 2010.
2. CUPPARI, L. Guias de medicina ambulatorial e hospitalar da EPM-UNIFESP. Nutrição: clínica no adulto. 3. ed. São Paulo: Manole, 2013.
3. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA - INCA. Coordenação Geral de Gestão Assistencial. Hospital do Câncer I. Serviço de Nutrição e Dietética. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. Volume I, 2. ed. rev.ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2015. Disponível em: https://www.sbno.com.br/UploadsDoc/consensonacional-de-nutricao-oncologica-2-edicao_2015_completo.pdf
4. _____. Coordenação Geral de Gestão Assistencial. Hospital do Câncer I. Serviço de Nutrição e Dietética. Consenso Nacional de Nutrição Oncológica. Volume I, 1. ed. rev.ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016. Disponível em: https://www.sbno.com.br/UploadsDoc/consensonacional-de-nutricao-oncologica-2-edicao_2016_completo.pdf
5. MAHAN, L. K.; ESCOTT-STUMP, S.; RAYMOND, J. L. Krause: Alimentos, Nutrição e Dietoterapia. 13. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
6. SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA - SBP. Departamento de Nutrologia. Avaliação nutricional da criança e do adolescente: manual de orientação. São Paulo: SBP, 2009. Disponível em: http://www.sbp.com.br/fileadmin/user_upload/pdfs/manual-aval-nutr2009.pdf
7. WAITZBERG, D. L. Dieta, nutrição e câncer. Rio de Janeiro: Atheneu, 2004.

FISIOTERAPIA

1. Anatomia, fisiologia e fisiopatologia respiratória, cardiovascular, musculoesquelética e neurológica; 2. Fisioterapia em pneumologia, neurologia, nos distúrbios cardiorrespiratórios e vasculares; 3. Noções básicas de ventilação mecânica e técnica de desmame ventilatório; 4. Técnicas e recursos de expansão pulmonar e remoção de secreção; 5. Oxigenoterapia; 6. Avaliação gasométrica; 7. Edema, linfedema e drenagem linfática; 8. Avaliação musculoesquelética; 9. Avaliação da função motora; 10. Avaliação pós amputação de membros; 11. Avaliação, indicação e controle de próteses e órteses; 12. Avaliação no controle da dor; 13. Recursos fisioterapêuticos em eletrotermofototerapia e seus respectivos efeitos fisiológicos e terapêuticos, indicações, precauções e contra-indicações; 14. Fisioterapia na promoção, prevenção e tratamento das

complicações oncológicas; 15. Recursos fisioterapêuticos utilizados na oncologia; 16. Fisioterapia aplicada nos cuidados paliativos; 17. Legislação e Ética Profissional fisioterapêutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. WEST, JB. Fisiologia Respiratória: Princípios Básicos. 9ª edição, Editora Artmed, 2013.
2. CARVALHO, J. A. Amputações de membros inferiores: em busca da plena reabilitação. 2ed. Barueri, S.P: Manole, 2003.
3. CAMARGO M, Marx A. Reabilitação física no câncer de mama. São Paulo: Editora Roca. 2000.
4. CAMPBELL, W. W. DeJong: o Exame Neurológico. 7. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2014.
5. CARVALHO, J. A. Órteses: Um Recurso Terapêutico Complementar. 2. ed. São Paulo: Manole, 2013.
6. NEUMANN, D. A. Cinesiologia do Aparelho Musculoesquelético: Fundamentos para Reabilitação. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
7. O'SULLIVAN, S. B.; SCHMITZ, T. J.; FULK, G. D. Fisioterapia: avaliação e tratamento. 6. ed. São Paulo: Manole, 2018.
8. MARCUCCI, F.C.I. O papel da fisioterapia nos cuidados paliativos a pacientes com câncer. Revista brasileira de cancerologia 2005; 51 (1): 67-77
9. ROBERTSON, V. et al. Eletroterapia explicada: Princípios e Prática. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.
10. SARMENTO, G. J. V. O ABC da Fisioterapia Respiratória. 2. ed. São Paulo: Manole, 2015.
11. SARMENTO, G. J. V., CARVALHO, F. A., PEIXE, A. F. Fisioterapia respiratória em pediatria e neonatologia. 2ed. rev. ampl. Barueri, S.P.: Manole, 2011.
12. THOMAZ JB, Belczak CE. Tratado de flebologia e linfologia. Editora Rubio, 2005.
13. VITAL, F. M.R. Fisioterapia em oncologia: protocolos assistenciais. Ed. Atheneu, 2017.

FARMÁCIA

1. Organização do serviço de farmácia hospitalar: legislação, gestão dos serviços, seleção de medicamentos, logística hospitalar (programação, aquisição e armazenamento), distribuição e dispensação de medicamentos, farmacoeconomia, serviço de informação de medicamentos, comissões interdisciplinares (licitação, farmácia e terapêutica, infecção hospitalar, terapia nutricional, terapia antineoplásica); 2. Serviços

clínicos e especializados: seguimento farmacoterapêutico do paciente internado, atenção farmacêutica, pesquisa clínica, fármaco epidemiologia, fármaco vigilância, segurança no processo de utilização de medicamentos; 3. Produção de medicamentos e demais produtos para saúde: organização e estrutura de uma central de manipulação de medicamentos estéreis e não estéreis, misturas intravenosas, terapia nutricional parenteral, terapia antineoplásica, biossegurança e saúde ocupacional, gerenciamento de resíduos de saúde, garantia e controle de qualidade; 4. Farmacocinética e farmacodinâmica: antineoplásicos, antieméticos, antimicrobianos, analgésicos opióides, corticoides e imunossuppressores. 5. Legislação e Ética Profissional Farmacêutica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. AGÊNCIA NACIONAL DE VIGILANCIA SANITÁRIA. Disponível em: www.anvisa.gov.br BERTRAM G. KATZUNG. Farmacologia: Básica e Clínica. 10ª. Edição. Editora: Guanabara Koogan, 2007.
2. BRASIL. Ministério da Saúde. Disponível em http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/inca/manual_oncologia_14edicao.pdf
3. _____. Organização Nacional de Acreditação. 2019. Disponível em www.ona.org.br.
4. _____. Sociedade Brasileira de Farmácia Hospitalar. 2019. Disponível em www.sbrafh.org.br
5. CAVALLINI, M. E., BISSON, M.P. Farmácia Hospitalar – Um enfoque em sistemas de saúde. São Paulo: Manole, 2002.
6. CIPOLLE, R.J., STRAND, L.M., MORLEY, P.C. O Exercício do Cuidado Farmacêutico. Editora: Conselho Federal de Farmácia, 2006.
7. CONSELHO REGIONAL DE FARMÁCIA DO ESTADO DE SÃO PAULO. Disponível em: www.crfsp.org.br.
8. GENNARO, A R. REMINGTON: A Ciência e a Prática da Farmácia. 20ª. Edição, 2004.
9. HOSPITAL SÍRIO LIBANÊS. Manual de Farmácia Clínica e Cuidado ao Paciente. Editora Atheneu. Hospital Sírio Libanês.
10. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER. Disponível em <https://www.inca.gov.br/sites/ufu.sti.inca.local/files//media/document//manual-oncologia-23a-edicao-2016.pdf>
11. LAURENCE L. BRUNTON, JOHN S. LAZO, KEITH L. PARKER. Goodman & Gilman: as Bases Farmacológicas da Terapêutica. 11ª. Edição. Editora: McGraw-Hill, 2006.

12. LULLMANN, HEINZ. Farmacologia: texto e Atlas. Porto Alegre: Artmed, 2008.
13. PEREIRA, M. Logística Hospitalar – Reposição Contínua de Medicamentos. Piracicaba: Moinho Editorial, 2008.
14. RANG, H.P., DALE, M.M.RITTER, J.M., FLOWER, R. Farmacologia. 6ª. Edição. Editora: ELSEVIER, 2007.
15. SANTOS, G.A.A. Gestão de Farmácia Hospitalar. São Paulo: Senac, 2006.

PROGRAMA DE RESIDÊNCIA MULTIPROFISSIONAL EM URGÊNCIA E EMERGÊNCIA

CONTEÚDOS PROGRAMÁTICOS E BIBLIOGRAFIAS COMPLEMENTARES

CONHECIMENTOS GERAIS

1. Princípios, diretrizes e organização do SUS; 2. Participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde; 4. Política Nacional de Atenção às Urgências; 5. Política Nacional de Humanização. 6. Fatores de risco e incidência do trauma no Brasil. 6. COVID-19. 7. Equipe multiprofissional, interprofissional e transprofissional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Lei Federal nº 8.142/90. Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde (SUS) e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 28 dez. 1990.
2. _____. Decreto nº 7.508/11. Regulamenta a Lei nº 8.080 de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde – SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, seção I, 28 jun. 2011.
3. _____. Portaria nº 1.863/03. Institui a Política Nacional de Atenção às Urgências, a ser implantada em todas as unidades federadas, respeitadas as competências das três esferas de gestão. 2003.
4. _____. Brasil. Ministério da Saúde. Política Nacional de Atenção às Urgências / Ministério da Saúde. – 3 ed. ampl. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2006.
5. _____. Portaria nº 2.048/02. Aprova o Regulamento Técnico dos Sistemas Estaduais de Urgência e Emergência. 2002.
6. _____. Portaria nº 3.125/06. Institui o Programa de Qualificação da Atenção Hospitalar de Urgência no Sistema Único de Saúde – Programa QualiSUS e define competências. 2006.
7. _____. Portaria nº 4.279/2010, que estabelece diretrizes para a organização da Rede de Atenção à Saúde no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). 2010.

8. _____. Portaria nº 1.600/2011. Reformula a Política Nacional de Atenção às Urgências e institui a Rede de Atenção às Urgências no Sistema Único de Saúde (SUS). 2011. (Portaria de Consolidação nº 2, de 28 de setembro de 2017)
9. _____. Portaria nº 2.395/2011, que organiza o Componente Hospitalar da RUE no âmbito do SUS. 2011.
10. _____. Portaria nº 2.809/2012 que estabelece a organização dos Cuidados Prolongados para retaguarda à RUE e às demais Redes Temáticas de Atenção à Saúde no âmbito do SUS. 2012.
11. _____. Portaria nº 354/2014, que propõe projeto de "Boas práticas para organização e funcionamento de serviços de urgência e emergência". 2014.
12. _____. Portaria nº 665/2012, que dispõe sobre os critérios de habilitação dos estabelecimentos hospitalares como Centro de Atendimento de Urgência aos Pacientes com Acidente Vascular Cerebral (AVC), no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), institui o respectivo incentivo financeiro e aprova a Linha de Cuidados em AVC. 2014.
13. _____. Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada. Manual instrutivo da Rede de Atenção às Urgências e Emergências no Sistema Único de Saúde (SUS) / Ministério da Saúde, Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Especializada. – Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013.
14. _____. Portaria nº 10/2017. Redefine as diretrizes de modelo assistencial e financiamento de UPA 24h de Pronto Atendimento como Componente da Rede de Atenção às Urgências, no âmbito do Sistema Único de Saúde. 2017.
15. _____. PORTARIA Nº 386/2017. Organiza o Componente Hospitalar da Rede de Atenção às Urgências no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) do Distrito Federal. 2017.
16. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos Humaniza SUS – vol. 1 (Formação e Intervenção). Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
17. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Política Nacional de Humanização. Cadernos Humaniza SUS – vol. 2 e 3(AtençãoBásica). Brasília: Ministério da Saúde, 2010.
18. BERNOCHE, Claudia et al. Atualização da Diretriz de Ressuscitação Cardiopulmonar e Cuidados Cardiovasculares de Emergência da Sociedade Brasileira de Cardiologia - 2019. *Arq. Bras. Cardiol.* [online]. 2019, vol.113, n.3 [cited 2020-07-22], pp.449-663.
19. INSTITUTO DE GESTÃO ESTRATÉGICA E SAÚDE. Hospital de Base. Manual de condutas no trauma grave do Hospital de Base do Distrito Federal / Instituto de Gestão Estratégica e Saúde. Hospital de Base;

Rodrigo Caselli Belém; Niedja Bartira R. Nogueira, organizador. – Brasília: IGESDF/Hospital de Base, 127 p. 2019.

20. EDELSON, D. P. et al. Interim Guidance for Basic and Advanced Life Support in Adults, Children, and Neonates With Suspected or Confirmed COVID-19 From the Emergency Cardiovascular Care Committee and Get With The Guidelines-Resuscitation Adult and Pediatric Task Forces of the American Heart Association. *Circulation*. 2020;141:e933–e943. DOI: 10.1161/CIRCULATIONAHA.120.047463. 2020.

21. BRASIL. Ministério da Saúde. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. *Diário Oficial [da] União, Brasília, DF, 20 set. 1990*. Disponível em: http://conselho.saude.gov.br/legislacao/lei8080_190990.htm

22. HORA D.L., ERTHAL R.M.C., SOUZA C.T.V., HORA, E.L. PROPOSTAS INOVADORAS NA FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL PARA O SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE. *Trabalho, Educação e Saúde [Internet]*. 2013;11(3):471-786. Recuperado de: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=406756992002>.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

ENFERMAGEM

1. Enfermagem em semiologia e semiotécnica; 2. Enfermagem em farmacologia; 3. Enfermagem em UTI e cuidados com pacientes críticos; 4. Enfermagem em urgência e emergência; 5. Enfermagem na atenção à saúde da mulher em situação de emergência; 6. Enfermagem na atenção à saúde da criança e do adolescente em situação de emergência; 7. Enfermagem em clínica médica oncológica; 8. Enfermagem em clínica cirúrgica oncológica; 9. Assistência de enfermagem em gerontologia. 10. Enfermagem em UTI e cuidados com pacientes críticos oncológicos; 11. Enfermagem em oncohematologia; 12. Fundamentos básicos em quimioterapia; 13. Fundamentos de enfermagem em ética e legislação profissional; 14. Gerenciamento em enfermagem; 15. Guia para uso de hemocomponentes; 16. Norma regulamentadora nº 32 (NR – 32); 17. Sistematização da assistência de enfermagem; 17. RDC 26 / 2012; 18. RDC 07/ 201. 18. Legislação e Ética Profissional em enfermagem.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. FALCÃO, L.F.R. Primeiros Socorros. São Paulo. Martinari, 2010.

2. FIELD J. M., Hazinski M. F, Sayre M, et al. Part 1 Executive Summary: 2010 American Heart Association Guidelines for Cardiopulmonary Resuscitation and Emergency Cardiovascular Care. *Circulation* 2010; 122(18 Suppl 3).
3. FIGUEIREDO, N. M. A. de; VIEIRA, A. A. B., *Emergência: atendimento e cuidados de enfermagem*. 3º ed. rev. e atual. São Caetano do Sul- SP, Yendis Editora, 2009.
4. HIGA, E. M. S.; Atallah, A. N., *Guia de Medicina de Urgência*. 2º ed, Barueri - SP, Manole, 2008
5. NANDA. *Diagnósticos de Enfermagem da NANDA I: definições e classificação 2018-2020*. Trad. E revisão Herdman, HT, Kamitsuru S. 11ª ed. Porto alegre: Artmed, 2018.
6. SANTOS, N. C. M. *Urgência e Emergência para Enfermagem Do Atendimento Pré-Hospitalar (APH) à Sala de Emergência*, Editoraeric, 7ª 2018.
7. SMELTZER, S.C.; BARE, B.G. BRUNNER & SUDDARTH: *Tratado de enfermagem médico-cirúrgica*. 13ª ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan; 2018.

FISIOTERAPIA

1. Fisioterapia: conceito, recursos e objetivos; 2. Reabilitação: conceito e objetivos; 3. Biossegurança; 4. Trabalho multiprofissional e interdisciplinar em saúde; 5. Humanização; 7. Anatomia do corpo humano: planos e eixos anatômicos; esqueleto axial; ossos, articulações, músculos, vasos e nervos; sistema cardiovascular; sistema respiratório; sistema esquelético; sistema articular; sistema muscular; sistema nervosa central e periférico; 8. Fisiologia do sistema nervoso, muscular, respiratório e cardiovascular; 9. Fisioterapia nas doenças infecto-contagiosas e crônico-degenerativas; 10. Fisioterapia em traumatologia e ortopedia, neurologia, pneumologia, reumatologia, queimados, cardiologia, angiologia, onco-hematologia, ginecologia e obstetrícia, neonatologia, pediatria, adulto, geriatria e dermatologia; 11. Técnicas específicas em fisioterapia respiratória hospitalar; 12. Ventilação Mecânica invasiva e não-invasiva; 13. Técnicas de fisioterapia motora hospitalar; 14. Monitorização aplicada ao paciente crítico; 15. Desmame da Ventilação Mecânica; 16. Oxigenioterapia. 17. Legislação e Ética Profissional em fisioterapia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Diretrizes Brasileiras de Ventilação Mecânica – 2013. AMIB/ SBPT.

2. _____. Portaria SES-DF Nº 161. Conduta Fisioterapêutica nas Unidades de Urgência e Emergência Adulto da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal - de 21 de fevereiro de 2018 , publicada no DODF Nº 37 de 23.02.2018 .
3. DOIRON K. A, HOFFMANN T. C, BELLER E. M. Early intervention (mobilization or active exercise) for critically ill adults in the intensive care unit. Cochrane Database of Systematic Reviews 2018, Issue 3. Art. No.: CD010754. DOI: 10.1002/14651858.CD010754.pub2.
4. KNOTT A, STEVENSON M, HARLOW S. K. M. Benchmarking rehabilitation practice in the intensive care unit. Journal of the Intensive Care Society 2015, Vol. 16(1) 24–30.
5. KAWAGUCHI, Y. M. F. Perme Intensive Care Unit Mobility Score e ICU Mobility Scale: tradução e adaptação cultural para a língua portuguesa falada no Brasil. 2016.
6. OLIVEIRA VM et al. Checklist da PRONA segura: construção e implementação de uma ferramenta para realização da manobra de prona. Rev Bras Ter Intensiva. 2017;29(2):131-141.
7. ROCHWERG B, BROCHARD L, ELLIOTT M. W., et al. Official ERS/ATS clinical practice guidelines: non invasive ventilation for acute respiratory failure. Eur Respir J. 2017 Aug 31;50(2).
8. WEST, J. B. Fisiologia Respiratória–Princípios Básicos. 9ª Edição, Ed. Artmed, 2013.
9. SUASSUNA V. A, MOURA R. H, SARMENTO G. J. V, et al. Fisioterapia em emergência. 1ª edição, Ed. Manole, 2016.
10. ERVIN J. N.; RENTES, V. C.; DIBBLE, E. R. et al. Evidence-based practices for acute respiratory failure and acute respiratory distress syndrome: A systematic review of reviews. CHEST (2020), doi: <https://doi.org/10.1016/j.chest.2020.06.080>.

NUTRIÇÃO

1. Nutrição Normal: definições, classificação, fontes, funções, digestão, absorção, transporte, metabolismo e excreção;
2. Água, eletrólitos e fibras;
3. Avaliação do estado nutricional nos diferentes ciclos da vida e nas diferentes doenças;
4. Alterações fisiológicas, orientações e recomendações nutricionais nos diversos ciclos de vida;
5. Dietoterapia: doenças do sistema: endócrino, gastrointestinal, cardiovascular, pulmonar, renal, nervoso; doenças neoplásicas; carências nutricionais; obesidade e desnutrição;
6. Nutrição: da assistência a promoção da saúde;
7. Procedimentos higiênico-sanitário de alimentos;
8. Segurança alimentar e nutricional;
9. Educação nutricional;
10. Legislações relacionadas as áreas de nutrição e alimentos.
11. Legislação e Ética Profissional em nutrição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. BRASIL. Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. Diretrizes Brasileiras de Obesidade 2016 / ABESO – Associação Brasileira para o Estudo da Obesidade e da Síndrome Metabólica. – 4.ed. - São Paulo, SP, 2016. Disponível em: <http://www.abeso.org.br/uploads/downloads/92/57fcc403e5da.pdf>
2. _____. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Especializada em Temática. Manual de Terapia Nutricional na Atenção Especializada Hospitalar/ No Âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS. Brasília – DF. Editora MS– 2016, 60p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs
3. _____. Ministério da Saúde/ Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Ações Programáticas – Estratégica Política Nacional de atenção integral à saúde da mulher: princípios e diretrizes – SUS. Brasília – DF. Editora MS – 2004, 82p. Disponível em: www.saude.gov.br/bvs
4. _____. Sociedade Brasileira de Nutrição Parenteral e Enteral – BRASPEN. TOLEDO et al - Campanha “DigaNão à Desnutrição”: 11 passos importantes para combater a desnutrição hospitalar. BRASPEN J, 2018;33(1):86-100. Disponível em www.scielo.br
5. _____. Sociedade Brasileira de Diabetes- Diretriz Sociedade Brasileira de Diabetes 2017-2018/ Organização: Oliveira, J.E.P et al. SP- EditoraClannad, 2017, 383p. Disponível em: <https://www.diabetes.org.br/>
6. CASTRO, M. G. et al. Diretriz Brasileira de Terapia Nutricional no Paciente Grave. Brazilian Society of Parenteral and Enteral Nutrition. São Paulo, 2018.
7. INSTITUTO NACIONAL DE CÂNCER JOSÉ ALENCAR GOMES DA SILVA. Serviço de Nutrição e Dietética. Consenso nacional de nutrição oncológica. / INCA; Nivaldo Barroso de Pinho (organizador) – 2. ed. rev.ampl. atual. Rio de Janeiro: INCA, 2016. 112p. Disponível em http://www1.inca.gov.br/inca/Arquivos/Consenso_Nutricao_vol_II_2_ed_2016.pdf.
8. MCCLAVE, S. A. Guidelines for the Provision and Assessment of Nutrition Support Therapy in the Adult Critically Ill Patient: Society of Critical Care Medicine (SCCM) and American Society for Parenteral and Enteral Nutrition (A.S.P.E.N.). Journal of Parenteral and Enteral Nutrition. Volume 40, Number 2, February 2016 159–211, 2016. Disponível em: <http://pen.sagepub.com/content/40/2/159.full.pdf+html>
9. OLIVEIRA, A.; SILVA, F. M. (Org.). Dietoterapia nas Doenças do Adulto. Rio de Janeiro: Rubio, 2018.
10. SILVA, S.M.C.S & MURA, J.D.P. – Tratado de Alimentação, Nutrição&Dietoterapia. 3ª Edição, Editora Payá, 2016.

11. ROSSI, Luciana; CARUSO, Lúcia; GALANTE, Andrea Polo. Avaliação Nutricional: Novas Perspectivas. 2. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2015.
12. VANNUCCHI, H & MARCHINI, J.S.- Nutrição e Metabolismo/ NutriçãoClínica. Editora Guanabara – Koogan, 2007.
13. VITOLO, M.R. – Nutrição da Gestação ao Envelhecimento. 2ª Edição, Editora Rúbio, 2014.
14. WAITZBERG, D.L. – Nutrição Oral, Enteral e Parenteral na Prática Clínica. 5ª Edição Revista e Atualizada, 2 Vols. EditoraAtheneu, 2017.
15. WEIMANN A. ESPEN Guideline: Clinicalnutrition in surgery. Clinical Nutrition. v.36, p. 623-650, 2017. Disponível em: http://www.espen.org/files/ESPEN-guideline_Clinical-nutrition-in-surgery.pdf